

REFLETINDO SOBRE A CATEGORIA QUILOMBO A PARTIR DA TRAJÉTORIA DA QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU E QUILOMBOLA, A SENHORA MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA CAMAPUTIUA.

Adrielma Abreu Rodrigues.

Universidade Estadual do maranhão-UEMA/ CNPQ.

Resumo: No presente trabalho, realizaremos uma reflexão sobre a trajetória de vida de uma liderança que se autodefine como quebradeiras de coco e quilombola. Abordando a relação com a construção da territorialidade e da própria categoria quilombo. Trata-se de uma trajetória referida a uma dimensão coletiva e cuja especificidade direciona-se para uma reflexão sobre as formas organizativas como orientando as mobilizações face aos conflitos vivenciados pelas famílias.

Palavras chaves: Quilombo. Resistencia. Quebradeira de coco.

1 . O território Quilombola de Camaputiua: lutas e trajetória de uma liderança quebradeira de coco e quilombola

Iniciaremos este artigo ressaltando que o “território de Camaputiua” compõe-se de vinte e seis comunidades das quais, quatro são certificadas pela Fundação Palmares, a saber: Bolonha, Camaputiua, Santa Maria e São José de Belino (FUNDAÇÃO PALMARES, 2013). Os agentes sociais mobilizados reivindicam sua desapropriação conforme disposto no Artigo 68 da Constituição Federal do Brasil. Camaputiua é também a designação de um dos quilombos que compõe o território, inclusive as famílias elegeram o nome do território como Camaputiua em referência a história de luta deste quilombo. Inicialmente pensaram em designar o território como Tramaúba, mas depois, refletiram melhor e acharam que Camaputiua está mais em consonância com as suas mobilizações. Isto porque Tramaúba referia-se ao nome do antigo engenho. Se considerarmos as classificações oficiais, que definem os limites territoriais, podemos dizer que o território de Camaputiua localiza-se no município de Cajari, Maranhão.

A seguir transcrevo um trecho do trabalho do pesquisador Dorival dos Santos no qual ele resalta a diferença entre o território de Camaputiua e a comunidade de Camaputiua.

Segue o depoimento:

O significado do Quilombo Camaputua refere-se ao quilombo criado por Maria José Viveiros, neta de Pruquera Viveiros. Este quilombo localizou-se nas proximidades do quilombo Mangueira criado por Pruquera. Comunidade é uma comunidade, atualmente composta por 246 famílias. Possui uma escola, duas igrejas, uma casa de beneficiamento de coco babaçu e uma associação de moradores. Está localizada onde era o quilombo Camaputua. É considerando o núcleo da resistência e das lutas pelo território. Foi onde ocorreram os mais violentos atos contra quilombolas dentro do território. Território Camaputua É composto por 26 comunidades. Quando iniciei minhas pesquisas de campo, em 2008, o território era denominado de Tramaúba. Com o processo de discussão e formação que passaram os agentes sociais, estes modificaram o nome do território, passando a ser denominado de Território Camaputua. (SANTOS, D. 2009 p.55)

O pesquisador Dorival dos Santos vem desenvolvendo pesquisas em Camaputua desde 2007, tendo se envolvido diretamente na luta pelo reconhecimento e desapropriação do território. Ele próprio é oriundo da comunidade de Baiano, município de Cajari. Ao longo de sua trajetória publicou artigos e uma dissertação sobre a luta pelo reconhecimento do território de Camaputua.

O contato que tivemos com a produção do pesquisador Dorival nos levou a perceber que o seu principal interlocutor foi o senhor Ednaldo Padilha, conhecido como Cabeça. Inclusive o pesquisador organizou o primeiro livro da coleção “narrativa quilombola” cujo autor é o senhor Ednaldo Padilha.

Ao nos referirmos aos trabalhos realizados sobre a situação social de Camaputua intentamos refletir sobre a pesquisa como uma rede de relações sociais, ou seja, como sendo possível a partir da nossa interação com autores, agentes sociais e com pesquisadores referidos às situações as quais pretendemos pesquisar.

Deste modo, destacamos que a ideia de realizar um trabalho sobre a senhora Maria Antônia esteve relacionada com os trabalhos em andamento no âmbito do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia (GESEA); do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. A construção de um dos planos de trabalho da minha orientadora, professora Cynthia Carvalho Martins, previa a realização de uma pesquisa que pudesse trazer aspectos relacionados aos engenhos da região conhecida como Baixada Maranhense, considerando a trajetória de agentes sociais como a senhora Maria Antônia dos Santos. Ademais, a senhora Maria Antônia possui um parentesco próximo com o senhor Cabeça, sendo sua tia e considerada como sua mãe de criação.

Sendo assim, a principal interlocutora deste texto, é a senhora Maria Antônia dos Santos, que pertence a uma família cuja história tem relação com a fundação do quilombo. Ressaltamos ainda, a presença das mulheres como liderança e referidas nas narrativas, estando na origem da própria fundação dos quilombos do território Camaputiua. Quando nos referimos a origem, não estamos afirmando que é a origem que define o grupo étnico. Ao contrário, é a forma de organização social, assim como a definição e a auto definição que compõem o grupo étnico (BARTH: 1969). O que queremos ressaltar, sobre Camaputiua, é que nas narrativas de origem a referência às mulheres como fundadoras de quilombos é frequente.

A dona Maria Antônia dos Santos e seu irmão mais velho nasceram no Território Camaputiua na comunidade de São Miguel. Os outros irmãos nasceram na Comunidade Camaputiua. São quatro irmãos, ela era filha do Antônio dos Santos, sua mãe Dezirê Araújo dos Santos. Sua família está estabelecida a longo tempo naquelas terras.

No contexto de luta pela terra, a narrativa da Maria Antônia expressa uma relação com os antigos engenhos. O livro “Resistência e Fé: o ‘Cabeça’, narrativas de um quilombola” expõe sobre, a história dos antigos Engenhos. Ressaltamos que o autor deste livro, o senhor Ednaldo Padilha, sobrinho de dona Maria Antônia, possui um domínio sobre a situação destes engenhos, relatando a situação dos escravizados, os seus dons e seus saberes.

Cabeça, como é conhecido, é um quilombola que luta pelo reconhecimento do território Camaputiua. É um agente social que tem uma importante atuação na comunidade com um domínio relativo à história da comunidade e dos seus familiares. Possui grande influência na luta na resistência e na luta pela titulação do território. A linhagem começa com Pruquera Viveiros que era mãe de Maria Viveiros e se casou com Alexandre Viveiros, o casal teve dois filhos: Maria José e Durico. Maria José casou-se com Felicíssimo dos Santos, mas deixou de utilizar o sobrenome Viveiros, optando pelo sobrenome Santos. Ela teve dez filhos entre eles, o Antônio Jacinto dos Santos (Antoninho). Quando o pai e a mãe de Cabeça faleceram, sua tia Dona Maria Antônia dos Santos, passando a atuar como sua mãe de criação. Além do parentesco seu Cabeça e dona Maria Antônia compartilham de uma luta, pois os conflitos com os fazendeiros criadores de búfalo tem levado a enfrentamentos que resultam em agressões e violação dos direitos dos quilombolas. Dentre essas violações destaca-se a queima de casas das famílias quilombolas por criadores de búfalos. Conforme mencionado nas narrativas do território há presença constante das mulheres na criação dos quilombos. A história da criação dos quilombos vincula-se aos denominados engenhos de cana-de-açúcar, a exemplo do Engenho Tramaúba, no qual a conhecida mãe Pruquera, fora escravizada. O dono do engenho era José Alexandre Viveiros, que veio do engenho Kadoz para engenho

Tramaúba. A mãe Pruquera consegue a fuga e permanece dentro do limite do engenho, e funda o primeiro quilombo e lá plantou quatro mangueiras, que representam certo mistério, e vai ser marco que fundamenta o território

Se aproximou dali porque ali ninguém ia procura-la, que ali aquele certo mistério eles não tinham como atravessar, aquela enseada toda era fechada de mato, de Aninga, e ela era mãe de santo, ela tinha suas raízes e orixás{..} a gente está trabalhando pela titulação das terras de quilombo, através da escrava pruquera que trabalhou junto com senhores de engenhos. E conseguiu fugir para o quilombo, hoje conhecido como Mangueira, e deu origem ao quilombo Camaputiua. (PADILHA, 2015, p.37-38).

Os quilombolas de Camaputiua associam suas lutas do presente aos ensinamentos deixados pelos antepassados como a da mãe Pruquera, cujas práticas são referidas como de profundo respeito ao meio ambiente e às entidades encantadas que o protegem; a uma resistência de luta pelo território. De acordo com as narrativas mãe Pruquera viveu por um período de tempo prolongado junto a sua filha Maria Viveiros. Maria Viveiros, por sua vez, tivera dois filhos. A sua filha Maria José também aparece nas narrativas, como a quem funda o segundo quilombo que é hoje o Quilombo Camaputiua. Dona Maria Antônia é bisneta de Pruquera, seu pai era o Antônio que é filho da Maria José.

Ademais, é possível afirmar que a senhora Maria Antônia dos Santos se insere em um contexto de lutas que se associam, dentre elas a luta em defesa dos babaçuais e pelo reconhecimento dos quilombos. Na sua fala destaca que o grupo das quebradeiras de coco não é um grupo isolado. A luta das quebradeiras de coco, pelo babaçu livre, território e preservação dos babaçuais não se isola da luta quilombola. Na sua narrativa a senhora Maria Antônia estabelece uma relação entre os seus vários pertencimentos, destacando que sua inserção como quebradeira de coco é indissociável da sua atuação como quilombola. Atualmente dona Maria Antônia está como coordenadora executiva da Baixada Maranhense com sede em Viana, posto assumido em Janeiro de 2019. Segundo a quebradeira de coco e quilombola a estrutura organizativa do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) ocorre através das denominadas executivas. No Maranhão são três, uma na Baixada, Imperatriz e no Médio Mearim. Segue depoimento:

A gente atua em tudo, como se diz não é só dizer o movimento das quebradeiras, atinge quilombola, negócio de problema de terra inclusive eu dei uma entrevista agora para difusora, os repórteres foram lá, sobre uma ação que tá tendo em pinheiro que eles estão querendo a liberação de arame, só basta o que já tem, pra proteção uma aos animais, eu disse que precisando de proteção é nós seres humanos não é

animal, porque essa proteção é pra eles secarem tudo. (SANTOS, M. 2019, entrevista)

Dona Maria Antônia e sua família foram os primeiros moradores da comunidade Camaputiua. Nessa época ela ainda era uma criança, começou a estudar com 5 anos em uma escola dentro da ilha de Camaputiua, em um povoado chamado Baixinho. Sua primeira professora foi Domingas Furtado, a turma era composta por 50 alunos, ela lembra que na época era bem difícil, tinham que enfrentar inúmeras barreiras, uma das lembranças que ela conta é sobre a alimentação, como a escola era distante de algumas casas dos alunos, como no caso da dona Maria Antônia:

De manhã cedinho as mães colocavam um peixe frito na lata a gente levava escondia no olho da pindoveira, cada um colocava a sua quando saíamos, merendava para poder chegar em casa sadio, na época de inverno era tão difícil tinha um igarapé, as vezes dava água na cintura, tinha um peixe chamado puraquer que sempre batia nas pessoas. (SANTOS, M. 2019, entrevista).

2. Refletindo sobre a trajetória de uma liderança quilombola e quebradeira de coco.

Dona Maria Antônia iniciou os estudos dentro da comunidade, fez o primeiro ano do ensino fundamental mas não pode prosseguir, pois a professora saiu e eles ficaram sem professor, somente depois as aulas voltaram com uma professora da própria comunidade, e prima de dona Maria Antônia, que se chamava Ecenice, elas tinham uma relação muito próxima, moravam perto e sempre estavam juntas.

Quando dona Maria Antônia completou 14 anos os pais dela decidiram colocá-la em Penalva para dar continuidade aos estudos. Ela estudou da 1ª a 4ª série em Penalva, mas teve que parar pois, mesmo com todo o esforço dos pais para dar a sua filha condições para se formar, os pais não tiveram mais como mantê-la em Penalva, na época só quem tinha mais condições financeiras colocava os filhos para estudar fora, assim ela voltou para comunidade.

Dona Maria Antônia, fala que para não ficar parada e não esquecer do que ela já tinha estudado, repetiu as séries que tinha feito na escola do território. Assim a professora Ecenice, vendo todo seu esforço e dedicação, disse à dona Maria Antônia que ela deveria ficar em seu lugar, pois Ecenice precisava sair da função. Assim dona Maria começou a ministrar aulas para as crianças da comunidade. No decorrer do tempo dona Maria Antônia foi se aperfeiçoando, fez treinamentos, e realizou o curso de formação Polo Nordeste que durou 4 anos, assumindo a condição de professora do território. Dona Maria Antônia lembra que já estava trabalhando como professora quando conseguiu concluir o ensino fundamental, e

depois começou o ensino médio, e já era casada na época, sempre se dedicou e na sua formação para poder ser uma boa profissional e poder passar para os seus alunos.

Hoje ela é professora aposentada e ainda é muito respeitada dentro da comunidade, a sua atuação sempre em benefício das famílias da ilha de Camaputiua, fez dela uma pessoa muito querida por todos, dona Maria Antônia, tem mais 70 afilhados, o seu primeiro afilhado foi quando ela tinha 10 anos de idade, o filho da sua prima e professora Eunice.

A sua inserção no Movimento Quilombola foi através do seu sobrinho, também morador da comunidade Camaputiua, o Cabeça, que sempre esteve envolvido nos movimentos sociais, e sempre que tinha reuniões, chamava Maria Antônia. Sua primeira participação foi na Associação das Comunidades Negras, Rurais, Quilombolas do Maranhão-ACONERUQ, participando de encontros e reuniões, fez parte do projeto “O Percorso dos Quilombos: da África para o Brasil e o Regresso às Origens”.

Nesse projeto ela participou junto a um grupo formado por 20 quilombolas, todas do Maranhão. A CONERUQ, foi parceira do projeto, e de Cajari foram duas quilombolas: dona Maria Antônia e Dona Natividade, elas iam numa frequência de quinze em quinze dias para um treinamento no Quilombo Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru Mirim-MA, foram três meses em treinamento, o grupo foi apresentar o Tambor de Criola, Baile de São Gonsalves e Tambor de Mina. Depois dela sair da ACONERUQ, teve algumas mudanças, como na coordenação do movimento, tiveram acontecimentos que não foi aprovado por dona Maria Antônia, assim ela decidiu deixar o movimento na época, e depois entrou no Movimento das Quebradeiras de coco Babaçu – MIQCB.

Sua participação no MIQCB, não começou de forma direta. Quando o movimento fazia algumas ações pelas comunidades do município, ela sempre ajudava com alimentação ou de outra maneira. O seu filho de criação (sobrinho biológico) Genialdo - criado desde recém-nascido por ela após a morte do seu pai, seu irmão mais velho - era moto taxista do MIQCB, em julho de 2012 ocorreu o assassinato de Genialdo por um pistoleiro que tinha ligação com grileiros, até dona Maria Antônia tem inquietação em relação ao assassinato do filho, que segundo ela não foi só para roubar a moto, após a morte dona Maria Antônia com 32 anos de serviço como professora, entrou com processo de aposentadoria que foi aceito, pois não teve mais condições para lecionar. Ela sempre se emociona quando fala do filho Genialdo, como ele era ligado ao MIQCB e gostava muito de participar, ela decidiu entrar para o movimento, segundo ela:

Eu achei assim, eu vou acompanhar e fazer aquilo que ele gostava, que era de estar junto no

grupo ai eu foi passei quatro anos na coordenação, no decorrer eu sempre cuidando trabalhando ajudando fazendo o que eu podia, mesmo sem ganhar nada. (SANTOS, M. 2019, entrevista).

Após quatro anos no movimento social, dona Maria Antônia assume como Coordenadora Executiva da Baixada, foi eleita em fevereiro de 2019, hoje tem uma presença frequente em comunidades, a sua atuação sempre em defesa do babaçu livre e direito a terra:

É a mesma luta, porque sem terra não se tem babaçu, então a luta pela terra por causa do babaçu, a briga do babaçu porque tá na terra, se não tiver a terra livre não tem babaçu livre, elas duas são interlaçadas. (SANTOS, M. 2019, entrevista).

Na comunidade Camaputiua as quebradeiras juntam coco dentro do território, um dos lugares comuns que costumam juntar, é na mata dos Carneiros, o dono ainda permite que elas peguem. Em outras palmeiras do território que estão cercadas e os donos não permitem, em outros casos as quebradeiras têm que passar pelas cercas para poder ter acesso ao babaçu. Nessa perspectiva, os agentes sociais, se articula por meio de mobilizações e reivindicações que buscam os seus direitos constitucionais para conquista da titulação definitiva do território. Dona Maria Antônia hoje é coordenadora executiva do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu regional denominada Baixada Maranhense, ocupando um papel central na luta em defesa da territorialidade e contra as devastações ambientais, especialmente do babaçu. Regional é um termo das quebradeiras para suas áreas de atuação.

Partindo da proposta de Bourdieu (1989), a construção do objeto de estudo ocorre gradualmente nos primeiros meses de pesquisa as leituras se referiram à noção de quilombos, construção do objeto de estudo e territorialidade. Após os primeiros contatos que foram breves, mas importantes para desenvolvimento de uma relação com a agente social, pude vislumbrar a possibilidade de realização desta pesquisa. O primeiro contato ocorreu durante a V Jornada de Ciências Sociais da UEMA. O discurso enfático da senhora Antônia chamou a minha atenção. Segue um trecho:

(...)quero ficar resistindo mesmo até o final da minha vida para dar exemplo para dar exemplo para minha família, para dar exemplo para minhas jovens que quebra coco não é crime, quebra coco não é dizer assim eu vou quebrar coco só porque eu quero adquirir um dinheiro, eu quebro coco para ajudar a proteger o ambiente onde eu vivo e dar exemplo para outras comunidades também que quebrar coco é muito bom, a sustenta nossos filhos, nossas famílias tem família que vive do coco, mas também tem outra sobrevivência, mas se a gente deixa de quebrar coco outras pessoas vão tomar o nosso lugar, por isso a gente resiste, eu trabalho em um grupo eu tiro a polpa do coco, tiro o azeite, compro sabonete de outras pessoas, para quer para dar valor e sustentar a nossa sobrevivência, então é por isso que estou aqui. (SANTOS, M. 2018).

Sua fala expressa, preservação o modo de vida na sua comunidade, que a luta precisava se fortalecer, assim enfatiza que a prática do quebrar coco não está somente ligada à questão financeira, mas como forma de resistência para que outros não ocupem essa atividade. Dona Maria Antônia, está sempre presente nas atuações do MIQCB. Nas suas falas, ela sempre coloca os problemas territoriais e dos babaçuais, visto que não são lutas distintas, mas sim complementares.

Dessa forma, posso dizer que a minha inserção no cotidiano da agente social, permitiu as primeiras relações, com a comunidade na qual a agente está inserida, e percepção da solidariedade que foi possível perceber através da participação de todos na chamada Boiada, de como se tem uma organização de toda comunidade para se manter viva a tradição, e nas conversas com a agente social, foi possível identificar a sua inserção na luta tanto pelo território e seu início no movimento das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB).

O primeiro trabalho de campo foi realizado no dia 29 de junho 2019, no quilombo Camaputiua município de Cajari-MA. A segunda visita ao Quilombo Camaputiua, foi realizada 09 de Novembro de 2019, pelo programa de extensão, a qual faço parte e tem como coordenador, prof. Emmanuel Farias júnior.

O projeto tem como título, FORMAÇÃO DE LIDERANÇA: direitos sociais, culturais e territoriais de comunidades quilombolas- Mais Extensão /PROEXAE/UEMA. Foram escolhidos três lugares da Baixada Maranhense, com menores índice de IDH, as cidades foram Pedro do Rosário-MA, Cajari-MA e Serrano-MA.

Dessa forma, foram realizadas três oficinas uma em cada cidade. Com uma comunidade específico e um seminário reunindo todas as comunidades que participaram do projeto. Em Cajari foi escolhido o território Camaputiua para excursão do projeto, a associação de moradores estar como colaboradora do projeto, assim a ida ao quilombo Camaputiua, foi para reunir com lideranças locais, realizando uma articulação para dar início ao projeto. Assim, foram feitas visitas e três comunidades quilombolas do território Camaputiua, Santa Severa, Baiano, Tuncuns.

Já no meu primeiro trabalho de campo ocorreu no dia 29 de junho de 2019. Nesse dia, no quilombo Camaputiua foi realizado a festa para São Pedro, assim é feito uma *Boiada* para celebrar o dia do santo. A festa mostra um modo de solidariedade da comunidade, visto que se tem o envolvimento de todos desde a organização e até a participação das outras comunidades do território, a festa é antiga o pai da dona Maria Antônia participava, ela tem como uma festa hereditária, e que fazer a festa mesmo que com todas os obstáculos é para manter viva a tradição.

Foi possível perceber que a festa possui um ritual muito específico, começa a noite com o jantar, a comida é preparada na casa da Maria Antônia com colaboração da comunidade, a noite é servido para todos da comunidade, visitantes, e os componentes da turma de São Miguel. Após, se inicia um ritual para ir atrás do boi, começam a cantar toadas, o boi estava na casa do Zé Raimundo, irmão da dona Maria Antônia.

O boi é levado para a igreja e é feito um ritual que é a *ladainha*, algumas pessoas pagam suas promessas, com a realização da *boiada*, inclusive, a dona Maria Antônia, este ano, estava pagando uma promessa que fez para seu afilhado que estava com problemas de saúde. Após o boi se levantar e sair para dançar, começa a boiada que vai até a manhã do dia 30 de junho, e assim a manhã encerra levando o boi para a igreja acompanhado por toadas de despedidas e lá fazem uma *ladainha* para finalizar a boiada

Nesse ano quem esteve à frente da organização da festa foi dona Maria Antônia e seu irmão Raimundo, ela tem como uma festa hereditária, e que fazer a festa mesmo que com todos os obstáculos é para manter viva a tradição. No segundo momento de inserção ao campo, foi através de um projeto realizado pelo “Mais Extensão /PROEXAE/UEMA”, sob coordenação do prof. Emmanuel Farias Junior, a minha participação foi como voluntária. O projeto realizou oficinas de formação de lideranças em três comunidades quilombolas, Camaputiua Cajari-MA, Bolonha- Cajari-Ma e em Pedro do Rosário-MA.

Particpei da formação que foi realizada no Quilombo Camaputiua no dia 09 de novembro de 2019 fomos recebidos por Edinaldo, o Cabeça que é o sobrinho e filho de criação da dona Maria Antônia e por ela dona Maria Antônia dos Santos, à tarde sentamos no quintal da casa da dona Maria Antônia para proceder à articulação das atividades a serem realizadas, como as oficinas e suas datas.

No dia seguinte fizemos as visitas a algumas comunidades do Território de Camaputiua para explicar o projeto e convidar para participarem das oficinas. A primeira comunidade foi Santa Severa, fomos recebidos pelo presidente da associação de moradores, o Ivaldo e por duas professoras aposentadas da comunidade, dona Maria de Fátima, Maria Benedita, essa comunidade era a antiga fazenda que tinha o nome de Santa Severa em que Pisciliana era escrava, ainda é possível encontrar restos de tachos da antiga fazenda, fomos levados até alguns restos dos tachos, e também a um poço da antiga fazenda, todos os materiais são usados como elementos para reivindicação pelo território Camaputiua.

Logo após nos reunimos com alguns moradores para falar sobre o projeto e fazer o convite para participarem das oficinas, almoçamos na comunidade e depois fomos para comunidade Baiano, em baianos fomos recebidos pelo presidente da comunidade, Brás e fomos levados para conhecer o canteiro de mudas de açaí de um projeto aprovado pelo Fundo Amazônia, foram doadas algumas mudas para pessoas da comunidade, o projeto precisou ser interrompido, pois não se teve mais recursos.

Depois de Baiano, fomos para Tucuns, lá fomos recebidos pelo seu Francisco onde tem uma plantação de arroz orgânico, que é plantado pelas pessoas da comunidade, e é pilado em uma casa onde tem as máquinas que faz o processo, para poder ser consumido. O arroz é para consumo local, e também é vendido para pessoas de outras comunidades.

A oficina ficou definida para acontecer no dia 15 de novembro de 2019, como a sede da associação de moradores de Camaputiua ainda estava em processo de construção, ficou definido que a reunião seria realizada na igreja católica da comunidade, pelo espaço. Dessa forma ocorreu a formação, com a presença de pessoas de outras 23 comunidades do território, na formação foram apresentadas leis constitucionais, como artigo 68. Decretos e portarias que asseguram direitos territoriais das comunidades.

3. A categoria quilombo: como pensar as ressignificações a partir das situações específicas

A categoria *quilombo* tem passado por ressignificações desde o período colonial até o presente. Acompanhar a história social deste conceito se constitui como objetivo do trabalho, principalmente para que possamos compreender a trajetória da quilombola da senhora Maria Antônia. Isto porque atualmente a agente social que pretendemos registrar a narrativa se auto define como quilombola e ao mesmo tempo, como quebradeira de coco.

Remontamos ao tempo, tem-se no ano de 1740 uma definição do Conselho Ultramarino, que se valeu da seguinte definição de quilombo: toda habitação de negro fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões neles. Essa definição se perpetuou em definições clássicas, configurando quilombo como sempre voltado ao isolamento, à noção de fuga e agricultura de subsistência, como pode ser lido a baixo.

Ora, essa definição contém basicamente cinco elementos, que podem ser assim sintetizados: O primeiro é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos O segundo é que quilombo

sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, que tem que ser exatamente definida – e nós vamos verificar como é que ocorrem variações desta quantidade no tempo - e em 1740, o limite fixado correspondia a “que passem de cinco”; O terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada “civilização”. O quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes. E o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. O que significa “pilão” neste contexto? O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução. (...)Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se revelou inclinada a interpretar quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado num suposto auto suficiência e negando a disciplina do trabalho. (ALMEIDA,2011, p .59-60).

Almeida (2011) descreve a categoria *quilombo* como passando por redefinições ao longo do tempo. Há autores como Clóvis Moura e juristas que ainda estão presos à noções como “isolamento”, “fuga” e outros atributos, presentes na definição do Conselho Ultramarino.

Dentre as ressignificações destaca-se aquelas ocorridas no plano jurídico, destacando-se a Constituição de 1988, através do Artigo 68 do Ato de Disposições Transitórias, que prevê a garantia das terras às famílias quilombolas. Não se trata de uma questão meramente instrumental, embora a noção de direito esteja presente, mas de afirmação identitária. ALMEIDA (2011) se propõe a realizar uma história social do conceito de quilombo desconsiderando uma definição genérica.

Há uma diversidade de situações sociais associadas à noção de *quilombo* variando de acordo com a situação empírica. Para (Almeida, 2008) os grupos se organizam fora do controle de sindicatos, e se tem uma mobilização partindo de elementos étnicos, consciência ecológica, um auto definição coletiva.

Os movimentos não são apenas uma resposta específica, mas ultrapassa as barreiras e tendem a se constituir em forças sociais. MARTINS (2000) ressalta a categoria *quilombo* como construída por um processo de luta pelo reconhecimento da territorialidade, destacando o critério político organizativo como relevante na afirmação identitária do grupo.

Através da narrativa da senhora Maria Antônia Santos é possível o acesso a uma concepção de *quilombo*, relacionada a uma trajetória de luta pelo reconhecimento da territorialidade. Atualmente ela se constitui em uma liderança com inserção em diferentes planos organizativos com destaque para o de quebradeira de coco babaçu e quilombolas.

Detém em sua memória aspectos relacionados aos antigos engenhos de Kadoz e Tramaúba. Tais engenhos, com plantação em larga escala de cana-de-açúcar relacionam-se diretamente com a construção do quilombo de Camaputiua. Dessa forma, permite-se pensar o contexto a qual a agente social, Maria Antônia dos Santos, que auto se declara quilombola e quebradeira de coco babaçu, e que está inserida a frente de dois grandes movimentos sociais, tanto Quilombola como no Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu (MIQCB), na luta pelo território.

Considerações finais

O trabalho ressalta a construção da categoria *quilombo* a partir da trajetória de uma agente social inserida em diferentes formas organizativas e que se autodefine como quilombola e quebradeira de coco babaçu. Com base no trabalho de campo no território de Camaputiua, Cajari-MA buscamos demonstrar a aspectos dessa trajetória e a construção de um processo de reivindicação pelo território como quilombola.

O trabalho encontra-se em andamento, entretanto, a partir dos dados de campo recolhidos deslocamo-nos de uma visão genérica de quilombo enfatizando aspectos de uma situação concreta. Foi possível identificar através dos materiais bibliográficos e sintetização dessas leituras e trabalho de campo, a construção do território Camaputiua e como essa construção está referida aos denominados engenhos, Kadoz e engenho Tramaúba. A referência aos engenhos, mesmo remetendo a um passado é útil para a compreensão das lutas do presente. Dentre essas lutas destacamos a luta pelos direitos étnicos e pelo reconhecimento e desapropriação do território.

Destacamos a importância das mulheres, dentre elas a figura de mãe Pruquera que fundou o primeiro quilombo denominado de Mangueira e da sua filha Maria José a que fundou o quilombo Camaputiua. E, mais recentemente a presença como liderança da senhora Maria Antônia dos Santos. Buscamos compreender melhor a atuação da agente social frente a esses a movimentos sociais, especialmente ao movimento quilombola e das quebradeiras de coco babaçu organizadas no MIQCB.

No âmbito do projeto participamos do projeto de extensão Formação de Lideranças: direitos sociais, culturais e territoriais de comunidades quilombolas a partir do qual aprofundamos sobre os conflitos vivenciados pelas famílias quilombolas. A pesquisa se encontra em andamento, e com sua renovação esperamos ampliá-la e produzir de modo mais contundente sobre essa situação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- BACHELARD, G. **O primeiro obstáculo: A experiência primeira**. In: A formação do espírito científico. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARTH, Fredrik. **Grupo Étnicos e suas Fronteiras**. Fundação Editorial da UNESP, 1969.
- DOS SANTOS, Maria Antônia. Quilombo Camaputua. Fala proferida durante o trabalho de campo realizado 29 de julho 2019.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.
- BRASIL. Artigo 68da Constituição Federal-1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, XX-1988.
- MARTINS, Cynthia Carvalho. **Reflexão, preliminar sobre a categoria quilombo em Penalva, Maranhão**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) e outros. Caderno de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos; Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.
- PADILHA, Edinaldo. **Resistencia e Fé: o “cabeça”, narrativas de um quilombola**. Rio de Janeiro: casa 8/PPGCSPA-UEMA, 2015.
- SANTOS, Dorival. **Identidade étnica e territorialidade: a luta pela titulação definitiva do território quilombola de Camaputua** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, Centro de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão - MA 2009.
- SANTOS, Maria Antônia. Lideranças Quilombolas e Índigenas. Fala proferida durante a Entrevista Semiestruturada, Realizada em Camaputua, 2018.